

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/18207	27467/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Mundial 2026 - Autorização excecional jogos		
Unidade Administrativa		
DGOEP - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**CONSIDERANDO QUE:**

1. O futebol, e em particular o Mundial de 2026, constitui um fenómeno desportivo de alcance universal, que mobiliza comunidades, capaz de gerar identidade coletiva e promover o sentimento de pertença;
2. A fruição partilhada de espetáculos de futebol desta natureza em espaços de restauração, constitui uma tradição profundamente enraizada na cultura popular portuguesa e na vida quotidiana das cidades, como é o caso de Braga;
3. A instalação de televisores nas esplanadas responde a uma necessidade real e legítima dos operadores económicos, que procuram oferecer aos seus clientes condições de conforto e de acompanhamento dos eventos desportivos, como é o caso destes jogos de futebol, condições essas equivalentes às que seriam encontradas em espaço interior, evitando assim a deslocalização do consumo para outros contextos e retendo os consumidores no espaço público de forma ordenada e controlada;
4. A existência de ecrãs devidamente instalados nas esplanadas licenciadas constitui, em si mesma, um fator de segurança pública relevante, na medida em que contribui para a dispersão ordenada dos espectadores por múltiplos estabelecimentos, evitando concentrações excessivas de pessoas em determinados espaços não apropriados para o efeito, situações que, pela sua natureza, são mais difíceis de gerir pelas autoridades competentes e comportam maiores riscos para a segurança de pessoas e bens;
5. A canalização da fruição dos jogos para espaços devidamente licenciados, com operadores identificados e responsáveis, permite assegurar condições mínimas de organização, supervisão e controlo;



6. A não autorização da instalação de televisores nas esplanadas não elimina o interesse e a vontade dos cidadãos em acompanhar os jogos, podendo antes conduzir a situações menos seguras e menos controláveis;

7. O Município de Braga, nos termos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, detém competência própria para gerir e regular o domínio público municipal, onde se incluem os espaços objeto de licenciamento de esplanadas, podendo, por isso, autorizar, em casos devidamente justificados, usos complementares ou funcionalmente associados ao licenciamento já existente;

8. Os estabelecimentos que ficam abrangidos pela presente medida devem já deter autorização para colocação de mobiliário urbano (como por exemplo esplanadas; guarda sóis; floreiras, etc.), pelo que os respetivos custos (taxa por m2 de ocupação) já se encontram previamente liquidada pelos operadores económicos, o que nos leva a concluir que a instalação dos televisores dentro desse perímetro não constitui nova ocupação do domínio público, e em consequência, não constitui motivo gerador de qualquer obrigação tributária adicional;

9. A autorização em apreço reveste natureza estritamente excecional e temporária, limitada aos períodos de transmissão dos jogos do Mundial de 2026, não implicando qualquer alteração estrutural permanente dos espaços nem criando precedente para utilizações de índole diversa, mostrando-se plenamente conforme com os princípios da excecionalidade, da proporcionalidade e da adequação que devem nortear a atividade administrativa;

10. Sobre as autarquias locais recai um dever de promoção do desenvolvimento económico e social das suas comunidades, que se traduz, no caso concreto, no apoio a iniciativas que estimulem o consumo local, fortaleçam o comércio de proximidade e valorizem a atratividade do espaço urbano durante períodos de especial afluência e interesse coletivo;

11. A salvaguarda dos direitos de terceiros e do interesse geral impõe que a presente autorização seja condicionada ao estrito cumprimento das normas de emissão sonora previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, e aos horários de funcionamento legalmente estabelecidos;

12. A instalação dos equipamentos deverá processar-se mediante a utilização de suportes técnica e estruturalmente seguros, adequados para utilização em espaço exterior, fixados de forma estável e que não representem risco de queda ou projeção, salvaguardando em absoluto a integridade física dos clientes e de terceiros;

13. A presente medida, ao compatibilizar o interesse legítimo dos operadores económicos com os interesses da comunidade, com a segurança pública, com a salvaguarda do espaço urbano e com a observância do quadro normativo vigente, revela-se equilibrada, proporcional e conforme ao princípio da boa administração, a que está a administração vinculada;

14. Nenhum interesse público relevante milita contra a aprovação desta autorização excecional, antes sendo de concluir que os valores em presença - designadamente a liberdade de iniciativa económica, o direito ao lazer e à cultura, a dinamização do espaço urbano e a promoção do desenvolvimento local - convergem inequivocamente no sentido da sua aprovação;

15. Nos termos do n.º1 do artigo E-1/8.º do Código Regulamentar do Município de Braga:

«As esplanadas podem funcionar até às 00h00 todos os dias da semana, exceto entre o período compreendido entre o dia 1 de junho a 30 de setembro, em que poderão funcionar até às 02h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado, desde que inseridas em estabelecimento que permita a prática deste horário.»

16. O jogo que oporá Portugal à Colômbia, agendado para o dia 28 de junho de 2026 com início às 00h30, ocorre em horário que ultrapassa o limite de funcionamento permitido aos



estabelecimentos de restauração e bebidas, circunstância que, a não ser devidamente acomodada pela presente deliberação, privaria os cidadãos de fruir do jogo, na sua totalidade, no mesmo local;

17. Afigura-se, por isso, proporcional a concessão de uma autorização de laboração excecional e delimitada até às 03h00 do referido dia, a todos os estabelecimentos legalmente autorizados a laborar no Concelho de Braga;

18. A eventual progressão da Seleção Nacional para fases ulteriores da competição poderá determinar a realização de novos jogos em horários igualmente incompatíveis com os limites de funcionamento em vigor, pelo que se mostra adequado prever, desde já, um mecanismo expedito de resposta, consubstanciado na possibilidade de o Presidente da Câmara Municipal, mediante despacho fundamentado, autorizar horários de laboração excecionais ajustados às circunstâncias de cada jogo, em termos proporcionais e ponderando os demais interesses e direitos em presença, designadamente o direito ao descanso dos residentes;

ASSIM:

PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA DELIBERE AUTORIZAR, A TÍTULO EXCECIONAL E TEMPORÁRIO, DURANTE O MUNDIAL DE FUTEBOL 2026, A DECORRER NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 11/06/2026 E 19/07/2026, A INSTALAÇÃO DE TELEVISORES EM SUPORTES TÉCNICA E ESTRUTURALMENTE ADEQUADOS NAS ÁREAS DE ESPLANADA LICENCIADAS/AUTORIZADAS DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DO CONCELHO DE BRAGA, BEM COMO A EMISSÃO DE SOM ASSOCIADO À TRANSMISSÃO DOS JOGOS DO REFERIDO EVENTO DESPORTIVO, NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

1. A autorização é delimitada à área da esplanada do estabelecimento;
2. Cada estabelecimento deverá limitar a instalação a um ecrã para transmissão dos jogos;
3. Os suportes de instalação devem ser seguros, estáveis e tecnicamente adequados para uso exterior, não representando qualquer risco para clientes ou terceiros;
4. A emissão de som deve respeitar os limites legais fixados no Regulamento Geral do Ruído;
5. No que concerne aos horários de funcionamento, os exploradores devem cumprir as disposições atualmente vigentes no Código Regulamentar do Município de Braga, designadamente na sua parte E, sem prejuízo das autorizações excecionais previstas nos n.º 6 e 7 seguintes;
6. **Todos os estabelecimentos legalmente autorizados a laborar no Concelho de Braga ficam autorizados a funcionar, a título excecional, até às 03h00 do dia 28 de junho de 2026, por forma a assegurar a integral transmissão do jogo entre Portugal e a Colômbia, agendado para ter início às 00h30 desse mesmo dia;**
7. Caso a Seleção Nacional de Futebol venha a qualificar-se para fases subseqüentes do Campeonato do Mundo de 2026, poderá o Presidente da Câmara Municipal autorizar, mediante despacho, horários de laboração excecionais que se revelem adequados à fruição de cada jogo, os quais deverão ser proporcionais à situação concreta e ponderados em harmonia com os demais direitos e interesses em presença, designadamente o direito ao descanso dos cidadãos residentes nas proximidades dos referidos espaços.

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga,
João Vasconcelos Barros Rodrigues**



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

